



ADMINISTRAÇÃO INTERNA E JUSTIÇA

Gabinetes do Ministro da Administração Interna e da Ministra da Justiça

Despacho n.º 9368/2019

Sumário: Nomeia coordenador de gabinete do Gabinete de Gestão do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI), cargo de direção intermédia de 1.º grau, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2019, o Coordenador de Investigação Criminal da Polícia Judiciária António José Simões Morais.

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 23.º-A da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, bem como do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2017, de 7 de agosto, é nomeado coordenador de gabinete do Gabinete de Gestão do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUCCPI), cargo de direção intermédia de 1.º grau, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, o Coordenador de Investigação Criminal da Polícia Judiciária António José Simões Morais, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, evidenciadas na nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado, que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de setembro de 2019.

3 de outubro de 2019. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*. — 2 de outubro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

I — Identificação:

António José Simões Morais, nascido a 02/01/1966.

II — Habilitações académicas:

Estudos Pós-Graduados em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa;

Licenciatura em Direito no ano de 2000 pela Universidade Moderna de Lisboa.

III — Experiência e formação profissional:

Coordenador de Investigação Criminal, colocado na Unidade de Cooperação Internacional da Polícia Judiciária em dezembro de 2017;

Funções de coadjuvante do Diretor da Unidade de Cooperação Internacional da Polícia Judiciária;

Chefe da Unidade Nacional Europol;

Delegado de Portugal/Ministério da Justiça/Polícia Judiciária no grupo “Law Enforcement Working Party” (LEWP);

Coordenador da Polícia Judiciária para os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira;

Representante da P.J. no projeto “e-Evidence” da Procuradoria-Geral da República;

Representante da P.J. no grupo de acompanhamento de “Implementation of the European Border and Coast Guard Regulation”;

Representante da P.J. no grupo “Estratégia Técnica e Operacional de Gestão Integrada de Fronteiras Europeia”;



Representante da P.J. no “Action Plan to remedy the deficiencies identified in the 2017 evaluation of Portugal on the application of the Schengen acquis in the field of External Borders”;

Representante da P.J. no grupo para “Adaptação da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras à Estratégia Técnica e Operacional de Gestão Integrada de Fronteiras Europeia”;

Ponto de contacto para a DGPJ, no âmbito da Cooperação Internacional, nomeadamente com os PALOP e CPLP;

Ponto de contacto para a “Conferência dos Oceanos 2020 — ONU”.

Formador em diversas ações de formação na Escola de Polícia Judiciária, na Escola da Guarda e noutros organismos, nas áreas de Vigilâncias; Aprofundamento de conhecimentos relativos a Escutas/Interceções; Tráfico de Estupefacientes por Via Terrestre; Cooperação Policial Internacional; Europol e Interpol.

Titular de várias formações profissionais, ao longo da carreira na Polícia Judiciária, ligadas a matérias de investigação criminal, cooperação policial e outras, como “A Investigação Criminal Direitos Humanos”, “Curso Geral de Segurança Matérias Classificadas”, “The Europol Training Course”, “Língua Inglesa Contemporânea e de Polícia”, “Técnicas de Organização do Trabalho e Gestão do Tempo”, etc.

312637064